

A polêmica em torno do nexos causal entre distúrbio mental e trabalho

(A controversy about the causal link between mental disturbances and work)

Maria Elizabeth Antunes Lima*

RESUMO

O artigo aborda uma polêmica presente no campo da Saúde Mental no Trabalho em torno da existência de um nexos causal entre certas formas de organização do trabalho e o desenvolvimento de distúrbios mentais específicos. A partir de várias estatísticas divulgadas no Brasil, a autora conclui que as teses favoráveis à existência desse nexos podem estar corretas e que algumas categorias profissionais parecem desenvolver sintomas reveladores das condições de trabalho às quais são submetidas.

Palavras-chave: Distúrbios mentais; Trabalho; Epidemiologia.

A polêmica que será objeto deste artigo é bastante conhecida. Sabe-se que não existe ainda um consenso no campo da Saúde Mental e Trabalho (SM&T) a respeito da existência de um nexos causal entre a exposição a certas formas de organização do trabalho e o desenvolvimento de distúrbios mentais específicos. Embora o problema seja bastante amplo, a necessidade de tratá-lo dentro dos limites de um artigo nos obriga a fazer um recorte. Assim, pretendemos considerá-lo apenas na forma como tem sido abordado na vertente francesa.

Neste contexto, observa-se que o confronto envolve, basicamente, dois grupos: de um lado, estão os adeptos da Psiquiatria Social, movimento que lançou as bases da Psicopatologia do Trabalho, na França; de outro, encontram-se aqueles que adotam a psicanálise como teoria de base na compreensão dos fenômenos tratados por essa

• Texto recebido em setembro de 2003 e aprovado para publicação em outubro de 2003.

* Psicóloga e mestre em Administração pela UFMG; Doutora em Psicossociologia do Trabalho, pela Universidade de Paris IX; professora adjunta do Departamento de Psicologia da UFMG. e-mail: be-thlima@dedalus.lcc.ufmg.br.

disciplina. O primeiro, apesar de agregar teóricos de diversas correntes, tem como principal representante o psiquiatra de inspiração politizeriana Louis Le Guillant, e o segundo tem no psiquiatra e psicanalista Christophe Dejours seu expoente maior.

Enquanto Le Guillant dedicou a maior parte de sua carreira às pesquisas sobre os distúrbios mentais que atingiriam certas categorias profissionais, Dejours recusou essa possibilidade, desde o início, negando a existência de neuroses ou de psicoses do trabalho. Tais afecções, segundo ele, eram resultantes, em última instância, das estruturas de personalidade forjadas muito antes da inserção dos indivíduos no mundo produtivo (DEJOURS, 1987). Para Le Guillant (1984), ao contrário, algumas condições específicas de trabalho poderiam favorecer a eclosão de quadros neuróticos ou psicóticos. Seus estudos em torno do caráter patogênico das atividades das empregadas domésticas e das telefonistas já se tornaram clássicos no campo da SM&T.

Portanto, o debate sobre o qual iremos nos debruçar aqui refere-se, sobretudo, às perspectivas adotadas por esses dois autores. Inicialmente, exporemos diversas estatísticas divulgadas na mídia brasileira, seguidas de alguns resultados de estudos acadêmicos, todos eles sugerindo uma forte relação entre o exercício de certas atividades profissionais e o desenvolvimento de distúrbios mentais específicos. Em seguida, faremos uma breve conclusão, na qual as teses dos dois autores serão analisadas à luz dessas evidências.

A RELAÇÃO ENTRE DISTÚRBIOS MENTAIS E TRABALHO: ALGUMAS ESTATÍSTICAS BRASILEIRAS

Não deixa de ser curioso o fato de que boa parte das evidências divulgadas no Brasil, a respeito de formas específicas de desgaste detectadas em certas categorias profissionais, tenha sido veiculada pela mídia. Apesar de nem sempre se originarem de estudos rigorosos, os conteúdos dessas reportagens suscitam interrogações e servem de alerta para os pesquisadores, incitando-os a investigar melhor o assunto.

Uma das primeiras evidências desse tipo foi veiculada em 1986, numa época em que a discussão em torno da relação saúde mental e trabalho era praticamente inexistente no Brasil. Assim, ao que parece, a imprensa brasileira se antecipou, em certa medida, à pesquisa acadêmica na identificação do problema. Trata-se de uma reportagem publicada na revista **Veja** (28/5/1986) sobre a disseminação do uso da cocaína entre executivos que atuavam, especialmente, nas áreas de publicidade, jornalismo, moda, no setor financeiro e, como diz o autor, em “qualquer outra atividade que exija pique, brilho e trabalho concentrado”.

A reportagem, que chega a sugerir que a cocaína estava se transformando em uma “ferramenta de trabalho do executivo dos anos 80”, discorre longamente sobre

os fatores presentes no trabalho e que estariam na origem desse problema: a fadiga, a ansiedade e a insegurança diante das exigências absurdas impostas a esses profissionais. O efeito procurado na cocaína seria imediato: “Se for tímido, ele (o executivo) está pronto para ‘arrebentar’ numa rodada de reuniões, ostentando desenvoltura, loquacidade, agilidade de raciocínio e auto-confiança. Se minutos antes ele estava à beira da fadiga e estressado, sente-se com gás suficiente para resolver problemas múltiplos com rapidez e competência”.

Parece-nos de grande interesse citar aqui alguns depoimentos que ilustram a reportagem, como o da publicitária que diz: “O café e o açúcar são drogas do trabalho. A cocaína é a da hora extra”. E acrescenta: “Meu trabalho exige muita agilidade, paciência e energia (...) Tenho certeza absoluta de que a droga melhora meu desempenho. Ela empurra o cansaço para a frente, além de aumentar a astúcia e a rapidez de raciocínio”. Outro depoimento sugere igualmente uma relação entre as exigências do trabalho e o uso da droga: “Eu sempre dou uma cheirada antes de uma reunião da diretoria, porque tenho certeza de que assim não vou gaguejar nem dizer besteira. Consigo citar dados e discorrer sobre números com a mesma desenvoltura de diretores mais velhos e experientes”.

O autor da reportagem ressalta que o aumento do uso da cocaína nos anos 80 refletia, “com rigor, a racionalização, a competitividade e os valores hierárquicos” observados naquela década, contrastando com os valores da década de 60, por exemplo, na qual os jovens, bem mais rebeldes e sonhadores, tentavam escapar do mercado de trabalho, ao invés de tentar vencer na vida submetendo-se às suas regras.

A cocaína seria, neste caso, portadora da promessa de um desempenho superior para aqueles que estavam determinados a vencer dentro das novas regras impostas pelo mercado de trabalho, conforme fica claro em um dos depoimentos citados na reportagem: “Você tem um objetivo para alcançar. Você quer sempre se superar. Além de tudo, o homem é muito vaidoso e é capaz de qualquer coisa para se sair bem, atingir o seu máximo, ser o melhor”.

Outras evidências mais recentemente divulgadas, não somente pela mídia, mas também por pesquisas desenvolvidas no meio acadêmico, são igualmente instigantes. A primeira delas tem sido constantemente veiculada em jornais e revistas do país, desde meados da década de 90. Trata-se do aumento crescente do índice de suicídios entre policiais militares.

As informações têm vindo de várias partes do país, mas as primeiras foram extraídas de uma tese desenvolvida por um psicólogo da Polícia Militar de São Paulo, intitulada **Uma cultura suicida**, e divulgada pela revista **Isto É** (19/11/1994). A constatação é de que o número de suicídios naquela corporação havia aumentado 50% em 1994 e que era crescente desde 1979, tendo sido considerado excessivo em 1989 (com 19 mortes) e alcançado seu pico em 1992 (com 35 casos).

Um aspecto importante é que muitos levantamentos feitos nas polícias militares dos estados concluem que o índice de suicídio nessas corporações é maior do que o da população em geral. Na PM de SP, a conclusão foi de que seu índice de suicídio era 5,7 vezes maior do que na população de SP e 6,5% maior do que na sociedade brasileira, em geral. O depoimento de um policial que havia tentado suicídio três vezes é contundente: “Quando entrei para a PM, eu queria ser gentil com as pessoas, mas me estraguei aqui dentro”.

E acrescenta, referindo-se a seu trabalho nas ruas: “A rua é uma loucura, tem gente que se vicia em ver sangue”. Além disso, segundo ele, não existe espaço institucional para tratar dos problemas emocionais, pois estes são um tabu na polícia, na medida em que “ameaçam a ideologia máxima da PM, que cultua o policial como super-homem”. A solução encontrada por um comandante para um desses casos parece confirmar o que esse policial diz: ele decretou 30 dias de prisão para um soldado que havia tentado suicídio!!!

Uma reportagem do jornal **O Globo** (1/3/1998) alerta também para o aumento alarmante de suicídios nas polícias militares, focalizando especialmente a Polícia Militar do Rio Grande do Sul, onde o índice de suicídios seria 61% superior ao da média registrada na população em geral. Essa reportagem cita uma pesquisa realizada por um sociólogo e ex-sargento da PM, que detectou um número de suicídios (48 casos) praticamente idêntico ao de mortes em serviço (51 casos).

De acordo com a reportagem, psicólogos e especialistas em segurança afirmam que essa estatística teria “relação direta com as pressões da atividade, o contato permanente com o perigo e a violência das ruas, a rígida disciplina e a hierarquia nos quartéis, os baixos salários e o excesso de carga horária”. Finalmente, na Polícia Militar de Minas Gerais foi feito um primeiro levantamento de cunho epidemiológico sobre o problema, apontando para 110 ocorrências nessa instituição, entre janeiro de 1992 e junho de 1996, sendo 60 suicídios consumados e 50 tentativas. O índice obtido revelou-se cerca de 6 vezes maior do que na população do Estado (NOGUEIRA, 1992).

Outra evidência que tem sido bastante divulgada pela imprensa, desde 1999, refere-se aos distúrbios psicológicos apresentados pelos monitores da Febem paulista. Na **Folha de S. Paulo** de 31/10/1999, uma ampla reportagem relata que 10% desses profissionais apresentavam distúrbios psicológicos, especialmente depressão e síndrome do pânico. Um médico que havia atendido vários monitores afirmava que todos se queixavam de depressão e que o quadro pode manifestar-se de várias formas: violência familiar, distúrbios de sono (insônia ou sono agitado por pesadelos), disfunção sexual, medo de sair às ruas e alcoolismo.

Ele atribui o problema ao ambiente de forte tensão no trabalho desses profissionais. Isto fica patente em reportagem divulgada, posteriormente, pelo mesmo jornal (**Folha de S. Paulo** de 3/9/2000), na qual se constata uma crise na Febem paulista,

já que, em apenas nove meses, tinham ocorrido 43 rebeliões. Segundo os autores, essa crise estava estampada nas condições de saúde dos funcionários da instituição: 298 monitores, 22,9% do total, estavam afastados para tratamento psiquiátrico. Se essas informações estiverem corretas, em um ano os afastamentos nessa categoria aumentaram em mais de 100%.

Em reportagem veiculada pela revista **Veja**, em 23/2/2000, ficou bem retratado um problema bastante comentado, mas ainda pouco pesquisado: o uso de morfina pelos médicos. De acordo com a reportagem, “o vício da morfina entre os homens de branco é um fenômeno mundial de tal dimensão que já é considerado uma espécie de doença ocupacional”. Isto porque é raro encontrar categorias profissionais que recorram de forma tão acentuada a um único tipo de droga. Um estudo citado na matéria e que foi realizado com 9.600 médicos americanos constatou que 20% tinham usado opiáceos. A incidência é considerada impressionante e duas vezes superior à média de consumo da população em geral. Apesar de não existir uma estatística tão precisa para o caso brasileiro, as autoras da reportagem concluem que não há razões para se supor que o problema aqui seja menos grave, citando os dados oferecidos por um serviço do RJ pelo qual passaram 80 médicos viciados no decorrer de 8 anos. De acordo com a reportagem, a morfina seria um lenitivo para a fadiga extrema provocada pelas longas jornadas, a multiplicidade de empregos, as noites sem dormir, os baixos salários e a impotência dos médicos diante da pressão para salvar vidas sob condições que, muitas vezes, os impossibilitam de realizar adequadamente seu trabalho.

Além disso, as autoras constatam que o uso da morfina não é o maior problema de dependência química entre os médicos, perdendo para o álcool, que aparece como a primeira substância utilizada pela categoria. Este dado é ilustrado pelos resultados de uma pesquisa que constatou ser o álcool a substância mais freqüentemente utilizada entre 3.725 estudantes de medicina da USP.

No contexto acadêmico, tivemos acesso, em 1999, aos resultados de um estudo, o mais extenso a respeito de uma categoria profissional realizado no Brasil (e talvez no mundo): o levantamento feito pela equipe coordenada pelo professor Wanderley Codo na UnB, em torno do *burnout* entre profissionais da educação. Por meio de uma investigação abrangente (alcançando 27 estados brasileiros e 52.000 sujeitos), os autores da pesquisa concluíram que existe uma presença importante (48%) desse quadro na categoria estudada.

É importante ressaltar que o *burnout*, entendido como uma *síndrome da desistência* (daquele que permanece no trabalho, apesar de já ter desistido), é um problema já identificado em educadores de outros países. Uma das definições dessa síndrome citadas pelos autores da pesquisa foi baseada em Maslach e Jackson (1981), como sendo “uma reação à tensão emocional crônica gerada a partir do contato direto e excessivo com outros seres humanos, particularmente quando estes estão preocupados ou

com problemas”. Segundo Codo *et al.* (1999, p. 238), o *burnout* envolve três componentes: exaustão emocional, despersonalização e falta de envolvimento emocional no trabalho.

Através de uma abordagem multidimensional da realidade desses profissionais (conjugando observação direta e entrevistas no local de trabalho, estudos de casos e aplicação de um inventário psicológico desenvolvido e validado pela equipe), a pesquisa tentou alcançar as condições objetivas e subjetivas do trabalho, concluindo, entre outras coisas, que um em cada quatro educadores é acometido por esse quadro de exaustão emocional.

Ainda no âmbito dos estudos acadêmicos, gostaríamos de expor aqui os primeiros resultados de uma pesquisa que estamos realizando nos hospitais e clínicas psiquiátricas de Barbacena, os quais são fortemente sugestivos da existência de um nexa causal entre alguns distúrbios mentais e o exercício de certas atividades profissionais. Trata-se de uma pesquisa em andamento, tendo sido concluída a primeira etapa referente ao levantamento epidemiológico.¹

Esses resultados iniciais revelam que algumas categorias profissionais tendem a apresentar distúrbios mentais bastante específicos, que estão mais fortemente presentes nas instituições psiquiátricas estudadas do que na população em geral. Analisamos 3.931 prontuários e conseguimos identificar a atividade profissional de 1.711 pacientes. Foram classificadas 23 ocupações, sendo as mais frequentes: trabalho rural (19,1%), construção civil (17,7%), trabalho de empregada doméstica (13%), atividades autônomas (8,3%) e trabalho industrial (6,7%). Além dos trabalhadores dessas áreas, encontramos: escriturários, motoristas, profissionais de limpeza, de serviços gerais, mecânicos, policiais militares, professores, dentre outros.

Os principais diagnósticos identificados entre esses pacientes foram: os Transtornos Mentais Relacionados ao Uso do Alcool (48,5%), Transtornos Psicóticos (esquizofrenia, transtorno esquizotípico e delirante) (18,7%), Transtornos de Humor (12,7 %) e Transtornos Mentais Orgânicos (7,8 %). Quanto aos distúrbios detectados nas principais categorias identificadas no estudo, temos que, entre os operários da construção civil, ocorreram, sobretudo, problemas relativos ao alcoolismo (47%) e casos de esquizofrenia (10,4%). As empregadas domésticas apresentaram, principalmente, quadros de esquizofrenia (14,3%), alcoolismo (12,1%), depressão (10,3%) e transtorno bipolar (9%).

¹ Essa pesquisa está sendo realizada com apoio financeiro do CNPq, da Fapemig e da Fundacentro-MG. Participam da equipe a professora Rosângela Camarano Leal, da Universidade Federal de São João del-Rei, e as psicólogas Matilde Agero Batista e Raquel de Mendonça Cardoso. A equipe é composta também por alunos de graduação da UFMG e da Universidade Federal de São João del-Rei. Ressaltamos ainda a importância da socióloga Dalva Lima e do Dr. Sebastião Vidigal, que possibilitaram o financiamento inicial da pesquisa e o acesso aos hospitais e clínicas.

Os trabalhadores rurais apresentaram, sobretudo, quadros de alcoolismo (25,4%) e de esquizofrenia (20,1%). Entre os motoristas encontramos forte presença de quadros relacionados ao alcoolismo (56,9%), sendo que os outros distúrbios aparecem com frequência bem menor e distribuídos de forma mais ou menos homogênea, destacando-se episódio maníaco (5,6%), depressão (5,6%) e transtorno de ansiedade (4,2%). Entre os policiais militares, verificamos maior frequência de alcoolismo (54,5%) e, em segundo lugar, os casos de transtornos de estresse pós-traumático (9%), acompanhados ou não de depressão.

Os distúrbios mentais relacionados ao uso do álcool foram detectados em 639 pacientes, e a análise estatística indicou que as seguintes categorias têm maior probabilidade de apresentar tais distúrbios: Transporte/Motorista, Polícia Militar, Construção Civil e Mecânico, Transporte/Outros. Nesta categoria incluímos aqueles profissionais que trabalham na área de transporte, mas sem atuar como motoristas, como trocadores e ajudantes de caminhão.

As tentativas de auto-extermínio foram constatadas em 108 pacientes da amostra investigada, e, apesar de a análise univariada relacionando esse dado com as variáveis sociodemográficas (sexo, escolaridade, estado civil e procedência clínica) não ter revelado significância estatística, vale a pena reportar aqui que esse problema apareceu de forma mais freqüente entre os trabalhadores rurais (23,1%), seguidos das empregadas domésticas (15,7%) e dos trabalhadores da construção civil (13,9%).

Um dado importante é que a presença desse problema entre os trabalhadores rurais e domésticas já foi constatada em outros estudos. No que diz respeito aos trabalhadores rurais, algumas pesquisas sugerem que a principal causa do alto índice de suicídio entre esses profissionais seria a exposição aos agrotóxicos, que levariam a quadros depressivos, e estes, ao auto-extermínio. Mas outros estudos constatam também uma relação entre essas altas estatísticas e as chamadas “doenças dos nervos”. Estas, por sua vez, seriam decorrentes das complicadas condições de vida e de trabalho dos agricultores.

Os pesquisadores concluem também que tais condições podem ser agravadas pelos efeitos dos produtos químicos usados. Ou seja, a exposição aos agrotóxicos acarretaria seqüelas neurocomportamentais. Resultados compilados pela revista **Galileu** (2000) mostram que tais seqüelas poderiam “evoluir para um quadro de depressão”, que, “aliado a uma série de problemas econômicos e sociais, poderia levar ao suicídio”.

No que concerne aos trabalhadores rurais, observamos outro resultado instigante: no estudo do Manicômio Judiciário de Minas Gerais, foi a única categoria profissional a apresentar significância estatística. Ou seja, o trabalhador rural apresentou 5,14% a mais de chances de estar no manicômio judiciário, quando comparado com qualquer outro profissional. Ainda estamos investigando as razões disso, mas não podemos deixar de pensar nos resultados obtidos pelas pesquisas sobre exposição aos agrotóxicos, que revelam, além da depressão, a presença de quadros de ansiedade, nervo-

sismo e irritabilidade entre as pessoas que manipulam esses produtos. Esses resultados sugerem que é possível esperar tanto reações de hetero quanto de auto-agressão entre esses profissionais.

Quanto à frequência elevada de tentativas de suicídio entre as domésticas, desde a sua pesquisa realizada na década de 1950 na França, Louis Le Guillant (1984, *op. cit.*) já havia identificado o problema. Ele cita, por exemplo, que, entre 278 tentativas de suicídio entre mulheres, no Hospital Necker, durante um dado período, 85,34% eram empregadas domésticas, arrumadeiras ou outras profissionais com o mesmo *status* e atividades semelhantes àquelas realizadas pelas domésticas.

Finalmente, ao compararmos as profissões identificadas em nossa amostra com a população economicamente ativa da região (PEA), de acordo com o IBGE (1990), verificamos que nossa amostra foi proporcionalmente maior nas seguintes categorias: empregadas domésticas, rural/urbano (profissionais que trabalham na área de transporte, mas sem atuar como motoristas, como trocadores e ajudantes de caminhão), limpeza, telecomunicações, transporte/outros, serviços de apoio à comunidade (profissionais que oferecem serviços de suporte à comunidade, tais como açougueiro, paideiro, frentista, garçons, dentre outros) e trabalhadores rurais. Portanto, todas elas estão, proporcionalmente, muito mais presentes nas instituições psiquiátricas estudadas do que na PEA da região, o que é também sugestivo do seu caráter patogênico.²

À GUIA DE CONCLUSÃO

Não resta dúvida de que as estatísticas citadas acima são instigantes e nos convidam à reflexão, mas é inegável também que, para termos acesso ao seu real significado, ainda falta uma etapa, no nosso entender essencial. No que concerne ao nosso estudo, por exemplo, sabemos que os primeiros resultados são estatisticamente relevantes, mas necessitam ser complementados por uma análise das condições de vida e de trabalho daqueles que fazem parte das categorias identificadas, a fim de entendermos melhor seu significado. Essa etapa já foi iniciada, mas os dados ainda não foram devidamente analisados, o que impede sua divulgação.

No entanto, mesmo não sendo conclusivas, essas estatísticas nos permitem refletir sobre o lugar do trabalho na compreensão dos distúrbios mentais e, acima de tudo, elas nos oferecem elementos importantes e elucidativos a respeito da polêmica exposta na introdução deste artigo. Afinal, é possível ou não estabelecermos um nexa entre certos distúrbios mentais e certas formas de organização do trabalho?

² Faremos uma discussão mais aprofundada a respeito dessa etapa da pesquisa em coletânea, organizada por Iône Vasquez-Menezes e Wanderley Codo, que será publicada em 2004, pela Editora Vozes.

Sabemos que Dejours (1987) acusou de simplistas aqueles que atribuíam à sociedade a paternidade de todas as doenças mentais. Naturalmente, ele dirigiu essa crítica aos fundadores do campo da SM&T, na França, dentre eles Louis Le Guillant. Mas todos os que conhecem a obra deste autor sabem que essa nunca foi a perspectiva adotada por ele. Ao contrário, Le Guillant (1984) sempre teve o cuidado de evitar qualquer viés sociologizante, dizendo, na maioria dos seus textos, que não tinha a pretensão de fundar uma corrente de compreensão sociogenética dos distúrbios mentais. Sua preocupação constante era a de evitar cair em qualquer visão extremista do problema: seja pela supervalorização da influência do meio, seja pela ênfase excessiva na subjetividade. Assim, sua perspectiva era a de considerar o papel do meio, mas sem negligenciar aquilo que singularizava o paciente.

Portanto, não podemos discordar de Dejours quando acusa de simplistas aqueles que defendem as teses sobre o determinismo absoluto dos fatores sociais na gênese das doenças mentais, mas discordamos dele quanto ao alvo contra o qual direcionou tal crítica. É mais importante do que isto: consideramos equivocada a perspectiva adotada por esse autor sobre as estruturas prévias de personalidade como os únicos elementos que nos permitiriam compreender essas afecções. No nosso entender, tal perspectiva é tão simplista quanto aquela que ele atribui aos adeptos da Psiquiatria Social e, mais do que isto, ela é incapaz explicar as evidências acima reportadas.

É por isso que concordamos com Le Guillant quando tentou apreender o fenômeno a partir de suas dimensões objetivas e subjetivas, coletivas e singulares, evitando cair no sociologismo ou no psicologismo, vieses que identificou em sua época, mas que ainda permanecem nas produções teóricas contemporâneas.³

Mas, antes mesmo da crítica formulada por Dejours, Le Guillant teve que enfrentar outras objeções a seu trabalho. Uma delas referia-se aos resultados obtidos junto a telefonistas e mecanógrafos. Aqueles que se opunham a tais resultados diziam que, na verdade, eles eram decorrentes das condições gerais de vida desses indivíduos, e não de suas atividades profissionais. Le Guillant costumava responder a essa crítica com um argumento simples e, ao mesmo tempo, decisivo. Ele admitia que seus opositores não estavam totalmente incorretos, mas acrescentava que sua objeção deveria ser posta no devido lugar, pois

é certo que o trabalho corresponde a apenas uma parte da existência das telefonistas e dos mecanógrafos e por isto é fácil atribuir a suas condições de vida os distúrbios que apresentam. No entanto, se um estudo comparativo revela um índice de morbidade (ou de formas particulares de afecções, por exemplo, distúrbios mentais) mais elevado

³ Àqueles que se interessarem por uma reflexão mais aprofundada sobre essa questão, sugerimos a leitura do nosso artigo “Esboço de uma crítica à especulação no campo da SM&T”, publicado em JACQUES, M. G. & CODD, W. (2002).

nessas duas categorias, a idéia do caráter nocivo de sua profissão estará seriamente confirmada. (LE GUILLANT, 1984, p. 359)

Se concordarmos com esse autor, só podemos concluir que as evidências expostas no decorrer deste artigo indicam que o exercício de certas profissões expõe os indivíduos a elementos nocivos à sua saúde mental. Neste caso, a ação do psicólogo deve ser voltada para a identificação desses elementos e para a adoção de medidas preventivas nos ambientes de trabalho.

Finalmente, cabe esclarecer que não tivemos a pretensão de pôr fim à polêmica aqui tratada. Nossa intenção, bem mais modesta, foi apenas a de trazer novos elementos que possam, eventualmente, contribuir para sua superação.

ABSTRACT

This paper discusses a present controversy in the Work Mental Health area about the existence of a causal relation between some ways of work organization and the development of specific mental disturbances. Based on many statistics published in Brazil, the author concludes that the propositions for the existence of such link could be right, and that some professional categories seem to develop symptoms of the conditions in which they work.

Key words: Mental disturbances; Work; Epidemiology.

Referências

- CODO, W. *et al.* **Burnout, a síndrome da desistência do educador, que pode levar à falência da educação.** Petrópolis: Vozes, 1999.
- DEJOURS, C. (1980) **A loucura do trabalho:** ensaio de psicopatologia do trabalho. São Paulo: Oboré, 1987.
- LE GUILLANT, L. (1954) **Quelle psychiatrie pour notre temps?** Toulouse: Érès, 1984.
- LIMA, M. E. A. Esboço de uma crítica à especulação no campo da SM&T. In: CODO, W; JACQUES, M. G. **Saúde mental e trabalho:** leituras. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MASLACH, C.; JACKSON, S. The measurement of experienced burnout. **Journal of Occupational Behavior**, 1981.
- NOGUEIRA, G. E. G. **Análise do fenômeno suicídio/tentativa na polícia militar de Minas Gerais de Janeiro de 1992 a junho de 1996** (relatório).
Revista **Galileu**, n. 133, 2000.
- Revista **Veja**. “A sedução perigosa” (28/5/1986).
- Revista **Isto É**. “Alvos de sua própria arma” (19/11/1994).
- Jornal **O Globo**. “Suicídio começa a alarmar as polícias militares” (1/3/1998).
- Folha de S. Paulo**. “Dez por cento dos monitores têm distúrbios psicológicos” (31/10/1999).
- Revista **Veja**. “Vício de branco” (23/2/2000).